

Análise do IDEB e do IDHM – Educação em Campos dos Goytacazes (RJ)

RESUMO

Buscou-se analisar a evolução do comportamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Campos dos Goytacazes, entre 2000 e 2017, a fim de problematizar a qualidade da educação. Foi realizado um estudo comparativo da evolução desses índices, buscando suas similaridades e diferenças. Utilizaram-se pesquisas bibliográficas de dissertações, teses, documentos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, dentre outros. A pesquisa aponta não ser possível observar uma correlação direta entre o IDHM e o IDEB, pois apenas o primeiro teve evolução significativa entre 1991 e 2010. Percebeu-se a necessidade de um maior investimento, a fim de alcançar melhores patamares educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Qualidade. Estado do Rio de Janeiro.

Gisele Maria Viana Martins
giselesviana@yahoo.com.br
Universidade Candido Mendes

Romeu e Silva Neto
romeuesilvaneto@gmail.com
Instituto Federal Fluminense

Eduardo Shimoda
shimoda@ucam-campos.br
Universidade Candido Mendes

Karine Castelano
kcastelano@yahoo.com.br
Universidade Candido Mendes

INTRODUÇÃO

O município de Campos dos Goytacazes é considerado o maior da Região Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Com uma área total de 4.032,5 Km² (BRASIL, 2019), correspondentes a 41,3% da Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes tem uma população estimada de 511.168 habitantes (BRASIL, 2020).

Além de ser o maior município em extensão territorial em todo o Estado do Rio de Janeiro, tem um relevante papel no cenário econômico regional e estadual, sendo ainda responsável por 80% da produção nacional de petróleo (PMCG, 2018). Registra-se que essa posição de relevância no cenário econômico reflete de forma direta no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Entretanto, Campos dos Goytacazes ainda ocupa a 1.427ª posição, se comparado aos 5.565 municípios do Brasil (TCE-RJ, 2019).

Apesar de sua posição de destaque na economia regional, estadual e nacional, cujo reflexo é observado no alto índice do IDHM, Campos dos Goytacazes, com relação à qualidade da educação municipal, de forma específica quanto aos anos iniciais do Ensino Fundamental, tem um grande desafio a enfrentar.

Considerando análise do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica pode-se perceber que o município apresenta muitas fragilidades. Segundo o documento Perfil Campos dos Goytacazes (2018), 2005 indica o pior índice do IDEB em relação aos municípios da Região Norte Fluminense, o que representou 2,9. A década 2005-2015, revela uma importante melhora, tendo como base que em 2015 atingiu-se a média de 5,0. No entanto, observa-se uma queda em 2017 para 4,6.

Com relação ao IDEB de 2019, o município tinha uma meta a ser alcançada nos anos iniciais que era a de 5,1, no entanto não atingiu a meta, teve queda. Segundo a prefeitura, “um funcionário da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) teria perdido o prazo de inscrição das escolas e cadastrado um número de unidades inferior ao necessário para que o INEP considerasse os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)”. (Folha 1 - CAMPOS, 2020). Sendo assim, a nota não tendo sido computada pelos órgãos oficiais, esta pesquisa não pode trabalhar com o ano de 2019.

Importa ressaltar que, a política educacional brasileira a partir da década de 1990, aumentou o acesso à escola. Em 2000, mais de 90% da população na faixa etária de 7 a 14 anos já tinha recebido assistência escolar (BOMENY, 2001). Porém, observa-se que a qualidade da educação não veio paralelamente ao acesso à escola, tornando-se um desafio. Registra-se que, nesse mesmo ano, o Brasil iniciou sua participação no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), ficando entre as últimas posições (PISA, 2015). Diante desse resultado, em 2007, foi implantado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com o intuito de alcançar a mesma média educacional dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O IDEB é um instrumento de avaliação da qualidade da educação básica, responsável pelas tomadas de decisão e mudanças no rumo da política educacional. Tem como principal objetivo apontar o desempenho das instituições

de ensino por meio de um cálculo baseado no fluxo escolar, ou seja, no número de estudantes aprovados. A verificação desse resultado tem como referência o Censo Escolar e o desempenho dos estudantes nas provas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que de forma bienal avalia os estudantes em língua portuguesa e matemática (INEP, 2018).

Com uma visão distinta do IDEB, existe o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Componente Educação (IDHM – Educação), um indicador que objetiva investigar o desenvolvimento humano de países, estados e municípios, em oposição ao Produto Interno Bruto (PIB), que analisa somente o enfoque do desenvolvimento econômico (BOTLER et al., 2014).

Perante a problemática previamente exposta, na perspectiva de contribuir com a investigação do problema a respeito da qualidade da educação no município de Campos dos Goytacazes, identifica-se a necessidade de pesquisar a evolução do comportamento dos resultados dos IDEB do município citado, no período de 2000 a 2017, elaborando um estudo comparativo da evolução dele com o IDHM – Educação, com o objetivo de identificar os encontros e desencontros e apresentar a conjuntura atual do município na área da Educação.

HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA A PARTIR DA CARTA MAGNA DE 1988

A partir da Constituição de 1988, a Carta Magna do país, os docentes solicitaram e reconquistaram como política social universal a natureza da educação, sendo dever e obrigação do Estado, com a garantia da participação popular. Sendo assim, os conselhos e plebiscitos – pelo menos na lei – envolveram na participação das normatizações, regulações e intervenções os atores sociais (TOSTA, 2015). A autora ainda afirma em seus estudos que na Constituição, a educação foi declarada como o primeiro dos direitos sociais (art. 6º, da Constituição da República Federativa de 1988), sendo também direito político e direito civil (CURY, 2012 apud TOSTA, 2015, p. 34).

Conforme estabelecido na lei maior do país, no campo da educação e em outra área como, saúde, assistência etc.), seriam elaboradas leis infraconstitucionais, a fim de subsidiar o estabelecido na Carta Magna de 1988. Isso de fato ocorreu, tendo em vista que, no âmbito da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sancionada em 1996 no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma norma elaborada fora do processo democrático de debate e formação de consensos entre governo e a sociedade civil (FERNANDES, 1991 apud TOSTA, 2015).

Tosta (2015) registra que a LDBEN sofreu inúmeras críticas de pesquisadores como Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) e Saviani (2007). Uma delas foi o fato de não ter levado em consideração a organização em conjunto dos docentes que desde a década de 1980 vinham articulando-se, insuficientemente diferenciando-se do que foi disposto na Constituição. Além disso, a lei descreve o que deve ser feito, mas não explica como fazer. De acordo com os estudiosos, o objetivo da LDBEN/96, era operacionalizar e instrumentalizar o que foi recomendado na Constituição de 1988, no entanto não aconteceu.

A LDB, além disso, organizou a educação em dois níveis: Educação Básica (que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a

Educação Superior (BRASIL, 1996). Seguindo os princípios da reforma do estado, a LDB, comandou as determinações do Banco Mundial que, a partir da década de 1990, passou a emitir aos países em desenvolvimento diretrizes para a educação. O Banco Mundial disponibilizou medidas relacionadas a políticas educacionais imprescindíveis para o revigoramento da economia e do desenvolvimento, tais como, o acesso ao ensino com equidade, qualidade e redução da distância entre a reforma educativa e a reforma das estruturas econômicas (TORRES; CORULLÓN, 2007 apud TOSTA, 2015, p. 38), além de financiamento e recursos para os países, incentivo a cooperação maior da sociedade civil na responsabilidade pela redução dos gastos públicos e das questões educacionais (TOSTA, 2015).

Nota-se, no entanto que esse modelo proposto pelo Banco Mundial teve duas falhas: os docentes e a pedagogia. Sendo disposto em torno de aspectos perceptíveis e quantificáveis, não contendo concepções exclusivamente qualitativas, isto é, aqueles que não podem ser quantificados, mas que compõem o fundamento da educação. Logo, ratifica-se que o modelo de educação recomendado pelo Banco Mundial que interferiu a LDB de 1996 evidencia a quantidade ao invés da qualidade, deixando de lado as contribuições de docentes e os estudos pedagógicos em beneficiando o mercado (TOSTA, 2015).

Bomeny (2001) aponta que são ascendentes os índices de universalização do acesso à Educação Básica. O questionamento está relacionado à ineficiência do sistema escolar em ofertar educação básica de qualidade. Afirma ainda que a sociedade da informação deparou-se com um país que detinha um extenso sistema de ensino, contudo era incapaz de propiciar aos discentes competências requisitadas em uma sociedade do conhecimento.

Compreende-se que a uma educação de qualidade implica em uma perspectiva polissêmica, na medida em que envolve circunstâncias políticas, econômicas e sociais. A respeito disso, Dourado e Oliveira (2009) afirmam que as representações, concepções e conceito de educação de qualidade, modificam-se no espaço e no tempo, particularmente se for levado em consideração as mudanças mais urgentes da sociedade contemporânea, devido as novas necessidades e reivindicações da sociedade.

É preciso evidenciar que a qualidade da educação está ligada à democratização do ensino, uma vez que, antes de discutir a respeito de eficiência questiona-se a democratização do ensino. Para Gadotti (2009 apud MENDONÇA; SENA; MARQUES, 2016, p. 5), “o tema da qualidade não pode escamotear o tema da democratização do ensino”. Nessa perspectiva, a democracia apresenta-se como um fator fundamental para que ocorra uma educação com qualidade para todos, em que [...] qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (GENTILI, 1995 apud MENDONÇA; SENA; MARQUES, 2016, p. 5)

Botler et al. (2014) salientam que até a década de 1980, a qualidade da educação brasileira representava “expansão do acesso à escola”, no entanto a ampliação de vagas não indicava necessariamente uma preocupação com a qualidade do ensino. As instituições escolares não tinham um papel voltado para a diversidade, para o multiculturalismo, para o gênero etc. o que dificultava a permanência dos discentes nas escolas.

Com a superação da ausência de acesso ao ensino fundamental e ao ensino médio, evidencia-se a evasão. A respeito disso, Oliveira (2007) afirma que a desigualdade e a exclusão continuam. Aponta ainda que aqueles que eram

discriminados, continuam sendo nos dias atuais. No entanto, a desigualdade existente atualmente não é igual e nem acontece com a mesma postura do que acontecia em tempos remotos. Oliveira (2007) afirma que os mais desfavorecidos economicamente são os mais reprovados e evadidos, muitos, inclusive, não apresentam terminalidade escolar.

A década de 1990, representa o início de importantes transformações na política educacional brasileira, principalmente no que se refere ao acesso à educação. A partir da década de 1990, a avaliação de políticas sociais ganha forte influência no Brasil, utilizando técnicas de análise muito valorizadas para alcançar o objetivo de diagnosticar e propor medidas eficazes para o aprimoramento da qualidade dos serviços educacionais (BONAMINO, 2002 apud TOSTA, 2015).

No contexto dessas mudanças, observa-se os dados do INEP, que a porcentagem de escolarização, ampliação da escolaridade da população brasileira, indica que na faixa etária de 7 a 14 anos saltou de 67%, em 1970, para 95,8%, em 1998, e o atendimento escolar na mesma faixa etária ultrapassa 90% da população (BOMENY, 2001).

Botler et al. (2014) afirma que, a partir dos anos 2000, a qualidade passa a ser mensurada a partir de testes unificados de larga escala. Sobre essa questão, Oliveira (2014 apud TOSTA, 2015), assevera que a avaliação assume um papel de relevância, sendo compreendida como instrumento de verificação do processo educativo desenvolvido na escola.

os dados têm apontado que, apesar de se observarem melhoras significativas no rendimento dos estudantes, as desigualdades sociais e regionais permanecem, inviabilizando a garantia da permanência na escola com nível de qualidade equivalente (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2004). Assim, o princípio constitucional de oferta de ensino público universal de qualidade não tem se efetivado de forma equitativa no Brasil (BOTLER et al. 2014, p. 6).

Nesse período, surge o IDEB, enquanto instrumento de aferição da qualidade educacional no país, sendo parâmetro para as principais ações a serem desenvolvidas no campo educacional: determinação dos currículos mínimos para as escolas, financiamento do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) e bonificação salarial de professores (TOSTA, 2015).

Segundo o Observatório do Plano Nacional de Educação (2020), 98.0% das crianças e jovens de 6 a 14 anos estavam na escola em 2020.

O processo de escolarização da população implica necessariamente no atendimento escolar com qualidade para crianças e jovens que acessam a cada ano no sistema de ensino. Significa oferecer as condições mínimas para promover o desenvolvimento integral. Envolve, portanto, uma dupla dimensão: quantidade e qualidade: ampliação da oferta de vagas no sistema educacional e ampliação da melhoria do fluxo escolar e da qualidade do ensino.

O IDEB COMO INSTRUMENTO DE AFERIÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL DO BRASIL

No Brasil, o IDEB – divulgado oficialmente em 2007 com o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, por meio do Decreto nº. 6.074, de 24 de abril,

a partir de estudos elaborados pelo INEP – foi instituído com a finalidade de diagnosticar o nível de aprendizagem em que se encontram os alunos da Educação Básica. O IDEB (2019) apresenta-se, como um indicador, que reúna de forma unificada, os resultados da qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Trata-se de um dos instrumentos de maior relevância das políticas públicas desenvolvidas pelo MEC, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), considerando à melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2014). Segundo Macedo (2011), o IDEB como indicador da Educação Básica, atua como um norte, tendo em vista o seu objetivo principal que é o de acompanhar a qualidade/desempenho do sistema de ensino, promovendo assim o controle da repetência e da qualidade da aprovação.

Com relação a educação básica, o PDE apresenta 28 diretrizes com o objetivo declarado de progredir a qualidade educacional (TOSTA, 2015). Salienta-se que o próprio Decreto nº 6.094/2007, que integra o PDE e regulamenta o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, define no Capítulo II, artigo 3º que a qualidade da educação básica será medida com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP (BRASIL, 2007).

O MEC, ao implantar, em 2007, sistemas de avaliação de desempenho educacional, apresenta como série histórica desse indicador, valores relativos a 2005, sendo nessa oportunidade estabelecidas as metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também pelas escolas, municípios e unidades da Federação. Para que as metas sejam efetivamente alcançadas, conforme menciona Silva (2012, p. 45) é imprescindível que “cada parte evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”. Para Macedo (2011), a meta para que o Brasil atinja a média 6,0 em 2021 já foi alcançada em 2003 pelos países da OCDE, nos exames do PISA.

Registra-se que para obtenção dos resultados, utiliza-se a seguinte fórmula para cálculo do IDEB = $N \times P$, sendo: N é média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, extraído pela Prova Brasil para os municípios ou Saeb para as unidades da federação e para o país; e P é indicador de rendimento que corresponde ao fluxo médio de alunos ao longo de uma determinada etapa de ensino. As taxas de aprovação utilizadas no cálculo de P são obtidas a partir do Censo Escolar do ano referente ao IDEB que se deseja calcular (INEP, 2019).

Segundo Fernandes (2010), o IDEB é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação, reprovação e evasão. Sendo assim, para que haja o crescimento do IDEB de uma escola ou rede escolar é fundamental que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente à sala de aula.

O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Saeb), determinada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o IDEB, que vai de zero a dez. Diante disso, quanto mais próximo de 10, maior é a qualidade e o desenvolvimento da educação básica. O cálculo é reavaliado separadamente, anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental (TCE-RJ, 2019).

De acordo com Klauck (2012), o IDEB enfatizou que os cinco anos iniciais do ensino fundamental, uma etapa em que se condensa os alunos de seis a dez anos de idade, tendo em vista as incidentes reclamações com relação a baixa qualidade de ensino.

O Plano Nacional de Ensino (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, em seu art. 2º (BRASIL, 2014b) determinou 10(dez) diretrizes que devem nortear a educação brasileira, dentre elas a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais, com destaque para a erradicação de todas as formas de discriminação, promoção da cidadania e a melhoria da qualidade da educação básica.

O PNE estabeleceu ainda 20 (vinte) metas para a melhoria da educação, no prazo de dez anos, conforme publicado nos Estudos Socioeconômicos (BRASIL, 2014b). Segundo a Lei nº 13.005/14, a cada dois anos, o INEP, deve publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento dessas metas. O referido plano determinou ainda um prazo de dois anos para que o Sistema Nacional de Educação fosse estabelecido, entretanto até 2020, o documento aponta que apenas uma das vinte metas previstas foi alcançada. A meta diz respeito a Meta 13 – “Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores”. Dos 386.073 docentes em exercício no ensino superior no Brasil, em 2019, 88,1% dos docentes que atuam no ensino presencial possuem Mestrado ou Doutorado. Nos cursos de Educação a Distância (EaD) esse percentual é de 89,2% (BRASIL, 2020, p. 29).

Em 2020, o INEP divulgou o relatório referente ao 3º ciclo de monitoramento das referidas metas, sendo neste estudo relevante destacar a meta 7. Esta direciona-se ao fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com aperfeiçoamento do fluxo escolar e da aprendizagem, com o objetivo de alcançar, em 2021, as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; e 5,2 no ensino médio, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Metas nacionais para o IDEB

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5.2	5.5	5.7	6.0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4.7	5.0	5.2	5.5
Ensino Médio	4.3	4.7	5.0	5.2

Fonte: Elaboração própria de acordo com o Relatório do 3 Ciclo de monitoramento das metas do PNE-MEC, 2020.

De acordo com o relatório referente ao 3º ciclo de monitoramento, a meta 7 possui várias estratégias, que estão de acordo com as diretrizes do PNE de aprimoramento da qualidade e atenuação das desigualdades educacionais. Entre essas estratégias está o desenvolvimento da aprendizagem, de modo a certificar que todos os discentes do ensino fundamental (EF) e do ensino médio (EM) alcancem, até o final da vigência do Plano, nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), prevê que os anos iniciais do Ensino Fundamental devem alcançar um índice, para o IDEB, igual a 6,0 até 2021. Salienta-se que a meta estipulada 6,0 está relacionada a média dos países desenvolvidos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) no Pisa, reconhecida como fundamental para a avaliação internacional da educação.

O tópico a seguir fará uma abordagem acerca dos reflexos da educação para melhoria da qualidade de vida de uma população e elevação do IDH.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O IDH (E SUAS VARIÁVEIS) E O IDHM

A definição de desenvolvimento humano sustentável transformou-se em referência internacional nas discussões a respeito de desenvolvimento, mostrando que nem sempre o aumento de riqueza quer dizer melhoria da qualidade de vida da população (PMCG, 2018).

a evolução das desigualdades revela dois padrões distintos. Em termos gerais, a base mundial tem convergido quanto às capacidades básicas e a desigualdade parece estar em declínio. Contudo, o topo mundial tem-se adiantado no que diz respeito às capacidades avançadas, um domínio em que a desigualdade se está a agravar. As pessoas na base estão a aproximar-se dos objetivos e das aspirações do século XX, ao passo que as pessoas no topo têm acentuado as suas vantagens ao nível dos que são relevantes no século XXI (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019, p. 57-58).

Diante disso, ratifica-se a ideia que países com alta renda per capita é capaz de exibir baixos indicadores de desenvolvimento humano e vice-versa. O IDH tem sido vastamente empregado por governos, instituições acadêmicas e pela sociedade civil. Ele possibilita que o desenvolvimento passe a ser aferido não só pelo progresso econômico, assim como pela avaliação das condições que estendem as oportunidades de escolha da sociedade no seu dia a dia (PMCG, 2018).

Implantado pelas Nações Unidas, o IDH tem como finalidade medir o desenvolvimento dos países a partir da agregação de três dimensões básicas: (a) Longevidade, (b) Educação e (c) Renda (PNUD, 2013). A primeira é compreende a expectativa de vida da população ao nascer, a segunda envolve a combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudo esperados da população jovem e a terceira afere-se pela renda média nacional per capita, medida em dólar-PPC (paridade do poder de compra) (TCE-RJ, 2019).

O IDH varia de 0 (zero) a 1 (um), classificando os resultados em cinco faixas de desenvolvimento - IDH muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Quanto maior for o número, maior será o desenvolvimento humano diagnosticado em um determinado local. A Tabela 2 revela as faixas de desenvolvimento do IDH disponibilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), conforme descreve a Tabela 2.

Tabela 2 - Faixas de Desenvolvimento do IDH

Faixas de Desenvolvimento	Índice
Muito baixo	de 0,000 a 0,499
Baixo	de 0,500 a 0,599
Médio	de 0,600 a 0,699
Alto	de 0,700 a 0,799
Muito alto	de 0,800 a 1,000

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TCE-RJ (2019).

O Brasil está no 79º lugar do ranking mundial (Tabela 3), dentre 189 países e territórios reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que possui um IDH de 0,761, com uma média anual de crescimento entre 1990 a 2018 de 0,78 (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019, p. 299). O país está classificado com relação às faixas de desenvolvimento humano em Alto Desenvolvimento Humano (TCE-RJ, 2019).

Tabela 3 - Tendências do IDH do Brasil – 1990-2018

Índice de Desenvolvimento Humano								Crescimento anual médio do IDH (%)			
1990	2000	2010	2013	2015	2016	2017	2018	1990-2000	2000-2010	2010-2018	1990-2018
0,613	0,684	0,726	0,752	0,755	0,757	0,760	0,761	1,11	0,59	0,59	0,78

Fonte: TCE-RJ, 2019.

De acordo com o TCE-RJ (2020) elevando de 0,613 em 1990 para 0,761 em 2018, o Brasil saiu do patamar de Médio Desenvolvimento Humano para a de Alto Desenvolvimento. Porém, entre 2013 e 2018, o país perdeu três posições no ranking global (Tabela 4).

Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – América do Sul

Ranking	País	IDH	Expectativa de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos na escola	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita PPC
muito alto desenvolvimento humano						
44	Chile	0,847	80,0	16,5	10,4	21.972
47	Argentina	0,830	76,5	17,6	10,6	17.611
55	Uruguai	0,808	77,8	16,3	8,7	19.435
alto desenvolvimento humano						
79	Brasil	0,761	75,7	15,4	7,8	14.068
79	Colômbia	0,761	77,1	14,6	8,3	12.896
82	Peru	0,759	76,5	13,8	9,2	12.323
85	Equador	0,758	76,8	14,9	9,0	10.141
96	Venezuela	0,726	72,1	12,8	10,3	9.070
98	Paraguai	0,724	74,1	12,7	8,5	11.720
98	Suriname	0,724	71,6	12,9	9,1	11.933

Fonte: TCE-RJ, 2019.

Para fazer análise dos dados dos municípios, foi criado um indicador específico a partir do IDH: o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o qual detém quatro indicadores (TCE/2019). A ONU que também diagnosticou o Índice de Desenvolvimento Humano dos países ajustado pela desigualdade, afirmou que, caso use este critério, o Brasil mostraria um IDH de 0,574 despencando 23 posições no ranking global.

Em 2013, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta uma mudança na metodologia do IDHM considerando às duas edições anteriores, divulgadas em 1998 e 2003. Uma das alterações envolve o indicador “educação”, quando passa a exigir um rigor maior para o fator escolaridade para que os municípios possam atingir um IDH superior.

O acesso as informações de cada município foram verificadas pela composição de dois subindicadores com pesos diferentes - escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem. Essa primeira foi medida pelo percentual de pessoas com 18 anos ou mais de idade com fundamental completo e tem peso 1. A segunda foi medida pela média aritmética do percentual de crianças entre 5 e 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo tem peso 2.

Botler et al. (2014, p. 3) afirma que:

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

Para Botler et al. (2014), esses indicadores são considerados relevantes uma vez que a escolaridade da população adulta retrata a organização do sistema educacional em períodos anteriores e considera que a população adulta brasileira deveria apresentar terminalidade no ensino fundamental quando de percurso escolar.

Os indicadores de longevidade e de renda compreendem os mesmos elementos empregados nos atlas anteriores: esperança de vida ao nascer e renda mensal per capita, respectivamente.

O fluxo escolar da população jovem segue a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. O primeiro refere-se ao momento de entrada no sistema educacional; o segundo é o momento de finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental. O terceiro e quarto momento referem-se à conclusão do ensino fundamental como do ensino médio. Nesse contexto, espera-se que as crianças a partir dos 5 anos de idade necessitam estar na escola, aos 12 anos no ensino fundamental e os jovens de 19 anos com o ensino médio integralizado. “A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas e indica a evolução da qualidade da oferta educacional no país, uma vez que, significa “acesso ao conhecimento” (BOTLER et al., 2014, p. 3).

No tópico a seguir será apresentada a análise comparativa realizada entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Campos dos Goytacazes – IDHM (Educação) e as médias do IDEB referentes ao período de 2000 a 2017.

COMPARAÇÃO DOS VALORES DO IDHM COM OS DO IDEB EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

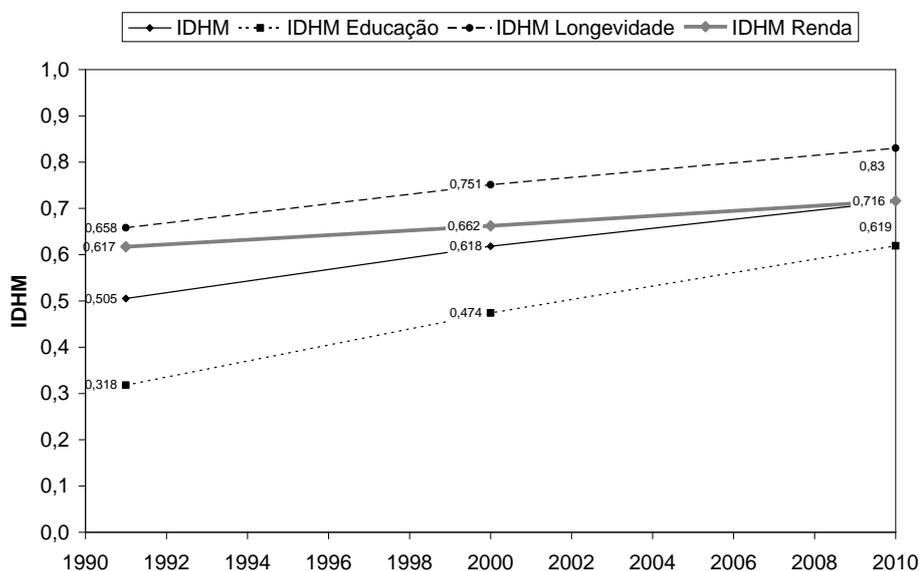
Em função da pandemia de 2020, proveniente o COVID-19, o Censo não foi realizado, portanto, os dados aqui apresentados terão como parâmetro o último Censo brasileiro realizado em 2010. O IDHM de Campos dos Goytacazes foi avaliado em 2010 em 0,716. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) (TCE-RJ, 2019).

Segundo estudo e análise do TCE-RJ (2019), o município de Campos dos Goytacazes ocupa a 1.427ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil. Comparando aos demais municípios do Rio de Janeiro, ocupa a 37ª posição.

Em comparação aos outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, 92 no total, Campos dos Goytacazes está na 37ª posição, sendo que 36 (39,13%) municípios estão em situação melhor e 56 (60,87%) municípios estão em situação pior ou igual. Nota-se que Campos dos Goytacazes está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, como mencionado (TCE-RJ, 2019).

Numa análise evolutiva, como ilustra o Gráfico 1, o IDHM de Campos dos Goytacazes passou de 0,505, em 1991, para 0,715, em 2010, tendo um incremento no seu IDHM de 41,78% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (32,81%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 42,63%, entre 1991 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

Gráfico 1 - Evolução do IDHM – Campos dos Goytacazes – 1990-2000-2010



Fonte: TCE-RJ, 2019, p. 35.

Ao se analisar a Tabela 5, percebe-se que a variável Educação do IDHM de Campos dos Goytacazes, em 2010, é inferior (0,619) se comparada às outras variáveis/componentes: Longevidade (0,830) e Renda (0,715). Isso evidencia que, apesar de o município apresentar um IDHM alto, não significa que tenha uma qualidade de vida alta, principalmente no que se refere à educação, haja vista estar

muito aquém do montante de investimentos que o município tem recebido ao longo dos anos como principal produtor de petróleo (RAMOS, 2016).

Tabela 5 - IDHM – Variáveis – Campos dos Goytacazes

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,318	0,474	0,619
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	33,55	41,76	55,50
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	51,03	87,83	95,78
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	35,91	55,39	77,30
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	22,60	35,70	49,24
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	14,12	22,53	39,31
IDHM Longevidade	0,658	0,751	0,830
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,45	70,06	74,82
IDHM Renda	0,617	0,662	0,715
Renda per capita (em R\$)	371,75	490,87	682,59

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 9,05% e no de período 1991 e 2000, 72,11%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 39,56% entre 2000 e 2010 e 54,25% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 37,93% no período de 2000 a 2010 e 57,96% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 74,48% entre 2000 e 2010 e 59,56% entre 1991 e 2000 (ATLAS BRASIL, 2013). O Gráfico 2 ilustra bem os percentuais ora apresentados.

Segundo o INEP (2018), o município possui um total de 436 escolas de Educação Básica pertencentes as redes públicas e privada (distribuídas entre urbanas e rurais). A Tabela 6 revela a realidade educacional (2018).

Tabela 6 - Mapeamento Educacional do Município de Campos dos Goytacazes, RJ – Ano 2018

Matrículas	Quantitativo estudantes
Matrículas em creches	10.622 estudantes
Matrículas em pré-escolas	11.614 estudantes
Matrículas anos iniciais	36.628 estudantes
Matrículas anos finais	29.555 estudantes
Matrículas ensino médio	15.930 estudantes
Matrículas EJA	8.401 estudantes
Matrículas educação especial	1.430 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

Dando continuidade, a Tabela 7 apresenta a proporção em percentuais de alunos com reprovação ou abandono em 2018.

Tabela 7 - Taxas de Rendimento (2018)

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	12,2% 4.473 reprovações	1,9% 683 abandonos	85,9% 31.474 aprovações
Anos Finais	17,6% 5.216 reprovações	4,5% 1.340 abandonos	77,8% 23.001 aprovações
Ensino Médio	10,8% 1.495 reprovações	3,7% 509 abandonos	85,5% 11.829 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2018.

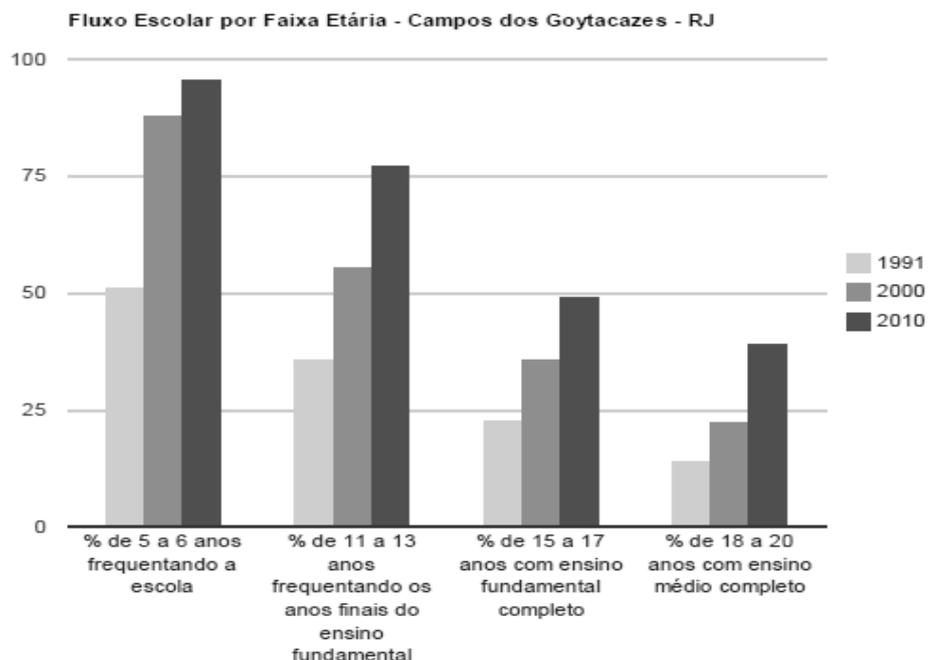
A pesquisa revela também a distorção Idade-Série, Campos Dos Goytacazes, em 2018 segundo dados fornecidos pelo INEP.

Tabela 8 - Distorção Idade-Série, ano 2018

Nível de Ensino	Proporção de alunos com atraso escolar	
ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO)	0,22	de cada 100 alunos aproximadamente 22 estavam com atraso escolar de 2 ou mais anos
ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)	0,44	de cada 100 alunos aproximadamente 44 estavam com atraso escolar de 2 ou mais anos
ENSINO MÉDIO (1º AO 3º ANO)	0,38	de cada 100 alunos aproximadamente 440 estavam com atraso escolar de 2 ou mais anos

Fonte: Inep, 2018.

Gráfico 2 - Fluxo Escolar por Faixa Etária – Campos dos Goytacazes – 1991-2000-2010



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Percebe-se que, no período de 2000 a 2010, houve um crescimento considerável do IDHM – Educação quanto ao acesso e permanência de crianças no contexto escolar, entretanto, ao compararmos esse crescimento aos valores

obtidos no IDEB nos últimos anos, constata-se que existe um grande desafio a ser enfrentado, considerando a precariedade na qualidade de educação do município, em especial nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que não conseguiu alcançar a meta estipulada em 2017, de acordo com as notas médias apresentadas na Tabela 9. Logo, percebe-se que não é possível visualizar uma correlação direta entre o recebimento dos recursos financeiros e os resultados do IDEB no município de Campos dos Goytacazes.

Tabela 9 - Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2017

Rede municipal	IDEB							Ranking 2017	Meta Ideb 2017	Atingiu meta de 2017?
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017			
Anos Iniciais	2,9	4,3	3,3	3,6	3,9	5,0	4,6	79 ^º entre 89 avaliados	4,6	sim
Anos Finais	2,7	3,2	3,1	3,4	3,3	3,6	3,5	76 ^º entre 85 avaliados	4,2	não

Fonte: TCE-RJ (2019, p. 50).

Analisando a Tabela 9 constata-se que os anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal atingiu a meta IDEB projetada para 2017; no entanto, o mesmo não ocorreu com os anos finais. A tabela em análise demonstra ainda que, dentre 89 escolas municipais da região fluminense avaliadas nos anos iniciais do ensino fundamental, o município ficou na 79^a posição; nos anos finais, de 85 escolas avaliadas, ficou na 76^a, evidenciando, mais uma vez, uma precariedade da educação básica no município (TCE-RJ, 2019).

Considerando que o resultado do IDEB de um município tende a refletir o modo como a gestão municipal tem administrado os recursos financeiros destinados à educação local, no caso de Campos dos Goytacazes, com um recebimento alto de royalties do petróleo, a questão financeira não deveria apresentar-se como uma barreira para a qualidade educacional no município. No entanto, tal questionamento não é o objeto deste estudo, podendo ser suscitado em futuro estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o município de Campos dos Goytacazes receber uma enorme quantidade de recurso – no mês de agosto/2019 recebeu um total de R\$ 26.727.301,13 (ANP, 2019) – não possui qualidade de vida satisfatória o que pode ser notado por meio dos indicadores de desenvolvimento da educação básica os quais mostram sérios problemas.

O município, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, saiu do último lugar no IDEB, em 2011, para antepenúltimo em 2013 e, em 2017, de 89 escolas avaliadas, ficou na 79^a posição. Nos anos finais (6^º ao 9^º ano), o município ficou na 76^a colocação, entre 85 escolas avaliadas. Destaca-se que Campos dos Goytacazes decresceu a nota nos anos iniciais de 5,0, em 2015, para 4,6, em 2017 e, nos anos finais, de 3,6 em 2015, caiu para 3,5 dois anos depois. Nota-se que a meta dos anos iniciais foi alcançada no mesmo nível, ou seja, a meta era 4,6, e o município obteve

a mesma pontuação. Nos anos finais do ensino médio não alcançou a meta estabelecida, que era de 4,2; o município obteve apenas 3,5 (TCE,2019).

Os resultados alcançados pelo município de Campos dos Goytacazes no IDEB retratam a precariedade da educação no município, ou seja, uma fracassada trajetória no que se refere à qualidade. Apesar de receber uma alta quantidade de recursos, não investe adequadamente na educação.

Sob esse prisma, entende-se que é fundamental a implantação de políticas na área educacional a fim de obter melhoria da qualidade da educação no município de Campos dos Goytacazes, uma vez que, encontram-se fragilidades provenientes da ausência de uma política de efetiva.

Diante desses resultados, acredita-se que uma avaliação permanente da eficiência das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, repercutirá na qualidade de vida da população. Logo, é imprescindível uma eficiente aplicação dos recursos públicos e um bom gerenciamento através do planejamento baseado em dados que delineiam a realidade de municípios, estados e países (PMCG, 2018).

Analysis of the IDEB and IDHM – Education in Campos dos Goytacazes (RJ)

ABSTRACT

The study analyzed the evolution of the Basic Education Development Index – IDEB and the Municipal Human Development Index – IDHM, in Campos dos Goytacazes municipality, Rio de Janeiro state, Brazil, between 2000-2017, to problematize education quality. A comparative study of the evolution of these indexes was conducted to identify their similarities and differences. Data collection comprised bibliographic researches of dissertations, theses, documents from the Court of Auditors of Rio de Janeiro state, etc. The research found no direct correlation between the IDHM and the IDEB, as only the first had a relevant evolution between 1991 and 2010. Greater investment to reach better educational levels was seen as vital.

KEYWORDS: Education. Quality. Rio de Janeiro state.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Royalties -Tabelas contendo o valor mensal dos royalties dos beneficiários**. Ago. 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>. Acesso em: 10 set. 2019.

BOMENY, H. **Os Intelectuais da Educação**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

BOTLER, A. et al. Qualidade na educação municipal: um estudo comparativo entre o IDEB e o IDHM–Educação no nordeste brasileiro. **Revista de Administração Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/viewFile/2309/1859>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL, **CAMPOS DOS GOYTACAZES**: perfil 2018. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (BRASÍLIA). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>. 2019. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Notas estatísticas – Censo da Educação Superior – 2019**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (BRASÍLIA). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/pisa/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**: sumário executivo. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao//asset_publisher/c6JYIsGMAMkW1c/document/id/6974122. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Lei n. 13.005/2014. 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Socioeconômicos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2018.** Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Campos sem referência no Ideb. **Folha da Manhã.** Campos dos Goytacazes, RJ, 16 set. 2020. Folha Geral Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2020/09/geral/1265599-campos-sem-referencia-no-ideb.html. Acesso em: 18 out. 2020.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2019.

FERNANDES, M. A. **Desafios para uma educação de qualidade: índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) no município de Juara – MT.** 2010, 153f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp149839.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

KLAUCK, G. A. C. **Indicadores de Qualidade de Ensino: estudo em escola destaque no Ideb.** 2012, 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: MT, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/630/1/GiseliAparecidaCaparrrosKlauck.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

Macedo, S. D. de. **Gestão pedagógica em tempos de Ideb.** 2011. Sem Numeração. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional) - Universidade Estadual do Ceará, 2011. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=71426>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MENDONÇA, A. P.; SENA, D. J.; MARQUES, L. R. Qualidade da educação: sentidos hegemônicos na escola estadual de maior IDEB no interior do estado. In: **ANAIS EPEPE – V Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**. 2016. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/V_EPEPE/EIXO_8/bAlessandraPaulinaMendonca-CO08.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 662- 684, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. New York, NY, EUA: PNUD, 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acesso em: 13 jun. 2019.

RAMOS, T. T. Crescimento econômico e desenvolvimento socioespacial em Campos dos Goytacazes. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/16109/19559>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SAVIANI, D. O plano de desenvolvimento da educação da educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100. especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, H. A. **Um estudo sobre o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb): como as escolas públicas municipais de Juiz de Fora melhoraram seu desempenho**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, MG, 2012.

TOSTA, K. S. **Análise da qualidade do IDEB como índice de desenvolvimento da educação básica: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2015, 94f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ. 2015. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas->

sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/KESIA-SILVA-TOSTA.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

Recebido: 21/06/2020

Aprovado: 27/03/2021

DOI: 10.3895/rts.v17n47.12629

Como citar: MARTINS, G. M. V.; et al. Análise do IDEB e do IDHM – Educação em Campos dos Goytacazes/RJ. **Rev. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 17, n. 47, p. 281-300, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12629>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

